

PRODUTO EDUCACIONAL

ÁLVARO VIEIRA PINTO
E A
EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Breno Augusto da Costa

Orientador: Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins

Uberaba-MG

2019

BRENO AUGUSTO DA COSTA

ÁLVARO VIEIRA PINTO E A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – *Campus* Avançado Uberaba Parque Tecnológico, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Práticas Educativas em Educação
Profissional e Tecnológica

Orientador: Prof. Dr. Adriano Eurípedes Medeiros Martins

**Uberaba (MG)
2019**

Sumário

Apresentação	4
1) Evento: “II Encontro Álvaro Vieira Pinto do Triângulo Mineiro: o lugar da Psicologia na realidade nacional”	5
2) Livro: “Álvaro Vieira Pinto pensador da Pátria Grande”	7
Álvaro Vieira Pinto pensador da Pátria Grande	7
Referências	18

Apresentação

Conforme as exigências do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFTM), é necessário que o postulante ao título de mestre apresente um produto educacional desenvolvido paralelamente a esta dissertação.

Partindo de seu encontro com o pensamento de Álvaro Vieira Pinto, o autor percebeu a convergência e ascendência desse filósofo sobre o pensamento decolonial. Convergência, pois, conforme foi demonstrada ao longo de sua dissertação, as reflexões vieiristas partem de uma atitude que foi defendida como sendo decolonial, já que temas como colonialidade, giro decolonial, libertação, epistemicídio e insurgência epistêmica foram tratados por ele, ainda que lançando mão de diferentes substratos conceituais. Foi ressaltado, que a decolonização dos estudos de educação e filosofia da tecnologia – tomando esse termo na primeira acepção assinalada por Vieira Pinto – receberá grandes contribuições vindas de seu pensar, bem como o entendimento que a obra “A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos” guarda fecundas contribuições ao pensamento decolonial e suas diferentes linhas reflexivas.

Quanto à sua ascendência, o autor se referiu, especialmente à influência exercida por ele sobre Paulo Freire, um dos expoentes fundamentais do pensamento decolonial. Foi citada também a proximidade entre Vieira Pinto e outro expoente basilar do pensamento libertador, o pensador latinoamericano Frantz Fanon, que foi brevemente abordada por alguns autores (FREITAS, 1998; ORTIZ, 1994), mas que é muito maior do que tem sido considerada. O autor inferiu que provavelmente, na ocasião em que Sartre visitou o Brasil, em 1960, o pensador brasileiro pode ter tomado conhecimento de Fanon por meio do filósofo francês, já que os temas tratados nesse encontro, nacionalismo e colonialismo, eram do interesse de ambos (GONZATTO & MERKLE, 2016).

Com base nessa convergência entre o pensamento de Álvaro Vieira Pinto e o pensamento decolonial o autor considerou que uma das possibilidades de produto seria discutir seu pensamento e mostrar sua proximidade com autores que se devotaram a pensar e executar a libertação nacional.

Para tanto desenvolveram-se dois produtos educacionais.

1) Evento: “II Encontro Álvaro Vieira Pinto do Triângulo Mineiro: o lugar da Psicologia na realidade nacional”

No primeiro deles, um encontro científico, foi feito com o objetivo geral de discutir o lugar da Psicologia, enquanto ciência e profissão, na realidade brasileira à luz das reflexões de Álvaro Vieira Pinto. Como objetivos específicos o evento teve como:

(a) apontar a necessidade da democratização da Psicologia e da decolonização dos saberes psicológicos;

(b) realizar um exame decolonial da Psicologia considerando seu compromisso ético com as questões étnicas, culturais, linguísticas, religiosas e epistemológicas emergentes na sociedade brasileira;

(c) examinar as contribuições do pensamento de Álvaro Vieira Pinto à Psicologia;

(d) propor a (re)consideração do papel social da Psicologia e do entendimento acerca dos aspectos psicológicos que permeiam questões sociais, proporcionando uma abordagem crítica das diferentes formas de produção do sofrimento psíquico e opressão e tendo como horizonte a libertação nacional;

(e) abordar a questão da técnica da Psicologia e da Psicologia na era da técnica;

(f) examinar a articulação entre o referencial oferecido por Álvaro Vieira Pinto e as reflexões sobre a medicalização da sociedade;

(g) discutir a psicologia perante as seis interpelações da filosofia da libertação proposta por Enrique Dussel

O evento foi feito com base na justificativa de que ao mesmo tempo em que o número de profissionais psicólogos aumenta, novas demandas de atuação surgem, entretanto em muitos casos existem poucas ressonâncias entre a prática cotidiana e o aparato conceitual hegemônico da Psicologia. Considerando a imperiosidade da democratização da Psicologia e de uma abordagem decolonial dos saberes psicológicos, ou seja, da criação de um saber brasileiro referenciado, é necessário a (re)discussão da distância entre realidade nacional e a ciência psicológica, bem como a formação em Psicologia. A Psicologia conforme no Brasil tem sido feita é cravada pelo eurocentrismo, o que justifica um questionamento de seu papel prático e a luta pelo compromisso ético com a multiplicidade étnica,

cultural, linguística, religiosa e epistemológica do povo brasileiro. Desde muito a Psicologia, enquanto ciência e profissão, tem sido utilizada para a manutenção da exploração dos brasileiros, por isso é necessário repensar seu papel social, questionando e rompendo com estratégias de dominação e atuando em conjunto em prol da democracia e dos direitos humanos. A população em geral possui representações muito opacas sobre o papel social da Psicologia, o que compromete a possibilidade de uma atuação psicológica pautada no social e na promoção da emancipação humana. Ademais é preciso uma visão sobre os aspectos psicológicos que permeiam as questões sociais, o que proporcionará uma abordagem crítica das diferentes formas de produção do sofrimento psíquico e opressão e tendo como horizonte a libertação nacional, mais do que o simples empoderamento individualista. Serão enfatizadas a abordagem crítica da Psicologia na educação, destacando sua relevância e a importância de questionar e romper com o discurso medicalizante hegemônico; e da Psicologia na “era da técnica”, considerando a questão tecnológica no horizonte da Psicologia e os desdobramentos da “revolução digital” para a atuação da psicologia à luz das reflexões de Álvaro Vieira Pinto.

O evento foi ocorreu na 1ª semana de setembro de 2019 (02/09/2019 a 06/09/2019) e foi realizado com a parceria, a qual o autor gostaria de manifestar sua extrema gratidão, do Conselho Federal de Psicologia, por meio de um edital de apoio a eventos. Folders de divulgação utilizados, a programação e fotos retiradas no evento podem ser encontradas na Plataforma Educapes: (<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/559963>).

Uma das contribuições do evento para a psicologia, enquanto ciência e profissão, centra-se na realização de um debate profícuo sobre a situação da psicologia na realidade brasileira. Uma discussão muito presente foi acerca da impossibilidade de uma psicologia efetiva sem que haja um compromisso com uma produção científica autóctone, isto é, demanda-se um maior comprometimento da psicologia não apenas com as questões nacionais, mas também com uma busca rigorosa por uma ciência e profissão autenticamente brasileiras. Abordou-se a necessidade de pensar mais a presença do decolonial para uma psicologia realmente crítica e comprometida com os direitos humanos e a humanização das condições de existência dos seres humanos.

2) Livro: “Álvaro Vieira Pinto pensador da Pátria Grande”

Para a realização do segundo produto educacional, um livro, foi elaborado, na dissertação, um capítulo especialmente devotado a pensar a obra de Vieira Pinto como um pensador da Pátria Grande. De acordo com esta proposta parte I da dissertação será tomada como referência central de seu texto, que terá também como capítulo o seguinte texto, intitulado “Álvaro Vieira Pinto e a Pátria Grande”. Nele aponta-se a importância de ressaltar como o filósofo brasileiro pode contribuir para essa discussão fundamental ao movimento de libertação dos oprimidos, que cifra-se na solidariedade entre os povos.

Álvaro Vieira Pinto pensador da Pátria Grande

Entendemos que a concepção de solidariedade entre os povos de Álvaro Vieira Pinto nos permite colocá-lo no horizonte dos estudos dos pensadores da Pátria Grande. Tomaremos como referência, especialmente, parte da obra “Consciência e Realidade Nacional” (1960, vol. II, pp. 507-518), já que contém um texto devotado ao tema. Salientamos que, em “A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos” e “O Conceito de Tecnologia”, outros aportes podem ser encontrados, embora não tão adensados como na obra em questão.

O tema da solidariedade entre os povos aparece no segundo volume da obra, na carta de princípios de uma política nacionalista, como que sintetizando-os. Nesse texto, o filósofo também se devota à realização de esclarecimento importantíssimo acerca de sua concepção de nacionalismo: ela, de nenhuma forma, é xenófoba ou fascista, mas guarda em si, como traço essencial, a identificação solidária com os países em condição semelhante.

Vieira Pinto inicia o texto apontando que a tarefa nacional de conquista da plena autonomia “não se realiza num espaço histórico vazio, nem se reduz a um combate singular entre ele [o país subdesenvolvido] e uma potência dominante, que o subjuga” (1960, vol. II, p. 507), indicando que trata-se de uma façanha nacional, mas que estabelece relações com o cenário mundial, onde determinadas nações se empenham igualmente na luta pela libertação, enquanto outras, acrescentaríamos, devotam-se à manutenção dessa realidade desumana.

O filósofo aponta a importância da solidariedade com as nações que se encontram em situação semelhante à brasileira e que deve ser estabelecido apoio

entre elas, sendo conveniente a criação de vínculos de amizade e auxílio a ser concretizado na forma de blocos de forças de atuação em assembleias internacionais para a defesa de interesses comuns. Um índice para o acerto de tal medida cifra-se no empenho que as potências imperialistas e os sabotadores nacionais a seu serviço realizam contra a formação de tais blocos. Em seguida, é apontada a busca pela descolonização empreendida pelas nações africanas, visando a autonomia política e independência econômica e que, diante disso, é “dever estreitar os laços de solidariedade com tais nações, e com as demais do mundo periférico, para travar em conjunto a luta que é de todas contra os mesmos adversários” (1960, vol. II, p. 507).

Álvaro Vieira Pinto esclarece que “o nacionalismo não se confina em considerar o processo histórico particular do País, mas o inclui no curso do processo mais geral, o da totalidade das áreas subdesenvolvidas que buscam melhor modo de existência” (1960, vol. II, p. 508), se, continua o autor, o caso brasileiro foi tomado com evidência, é que os aspectos internos de nossa realidade mereciam ser tratados com maior amplitude, o que não significa desconhecimento do quadro mundial.

Na sequência, o filósofo assinala que o seu pensamento era orientado pela teoria dialética do processo histórico, o que o levava a tomar o nacionalismo não como fundamento para mera declaração abstrata de solidariedade aos povos que lutam pelo desenvolvimento, mas sim como uma proposição prática nas quais as possibilidades concretas de ação deveriam ser apreciadas, o que decorre da aplicação desse princípio teórico. Portanto, quais são os modos concretos que tal solidariedade ganha corpo? “Não se trata de solidariedade em geral, mas daquela que as circunstâncias permitem que objetivamente se trave e opere feitos úteis reais” (VIEIRA PINTO, 1960, vol. II, p. 508). Há que se considerar, para tal, os grupos particulares das diferentes nações em cada tempo, bem como a fase de desenvolvimento que elas se encontram. Seria um engano, assevera o filósofo, conclamar os povos em prol de uma união em abstrato, ou apelar para a união dos trabalhadores, sem considerar que há distintos graus de desenvolvimento e de autonomia que tais coletividades têm acesso. É necessário, antes de tudo, criar condições materiais de união dos povos, sobretudo, dos trabalhadores. Vieira Pinto afirma que:

o processo da realização objetiva da unidade dos povos e das classes, na parte do mundo onde nos achamos, acha-se inteiramente submetido ao sistema vigente, corporificando na dominação imperialista, e evolui em função das relações que as áreas periféricas são obrigadas a manter com os centros dominantes” (1960, vol. II, p. 509).

O filósofo conclui essa reflexão dentro de seu texto assinalando que, ao considerar que os países subdesenvolvidos são cativos da mesma influência espoliadora, ainda que em condições distintas, será pelo teor, e, acrescentaríamos, a qualidade, da liberdade que cada qual conquistou que definirá a apreciação das possibilidades de se associar com as outras nações de igual situação.

Em seguida, ele propõe a descrição de três fases principais de possibilidade de solidariedade entre os povos, considerando as respectivas condições de desenvolvimento dos países. A primeira etapa:

correspondendo à etapa primitiva do desenvolvimento econômico, mostra-nos que o jugo imperialista e colonialista se exerce aí com tal rigor que impõe a completa reclusão do país em si mesmo, obriga-o a ter como única relação externa, a que o prende à nação dominante (VIEIRA PINTO, 1960, vol. II, p. 509).

O país em estado de colonialismo recrudescido encontra-se enrodilhado pela metrópole graças às manobras de exploração e dominação a que é submetido. Por assim dizer, não há sentido, assevera Vieira Pinto, em falar-se de relações internacionais nesse caso; trata-se de eufemismo, pois as únicas relações que a nação colonizada estabelece são voltadas à metrópole. A solidariedade entre os povos, portanto, é impossibilitada pela falta de soberania e de consciência da própria realidade que tais nações enfrentam. Entre o país subdesenvolvido e o dominador há contato, mas não solidariedade; entre os países colonizados sequer existe contato, pois uma das estratégias de dominação é a separação, o que impossibilita as alianças solidárias.

Em seguida, o filósofo afirma que a mesma impossibilidade ocorre entre os grupos oprimidos das nações dependentes, pois essa dimensão do processo histórico que poderíamos chamar de “interesses dos trabalhadores” lhe permanece oculta à consciência.

A razão disso é simples: as massas agonizam em tal trama de pobreza que seu campo de existência é devotado à busca pela garantia da mais básica subsistência. Vieira Pinto afirma que:

a possibilidade de concretizar-se a união entre povos e a solidariedade entre classes trabalhadoras depende da natureza da contradição principal que no momento afeta essas comunidades: quando a contradição principal da nação é representada pelo imperialismo, tal nação se acha isolada na oposição que trava com o poder dominante, e não dispõe de condições para se elevar ao ponto de conceber em sua consciência o ideal da solidariedade de suas classes proletárias com as das demais nações. Somente quando a contradição principal de uma sociedade deixa de ser o imperialismo, passando a ser de modo inequívoco a contradição entre classes, é que se torna exequível a solidariedade internacional do seu proletariado (1960, vol. II, p. 510).

Eis, segundo o filósofo, a chave de explicação da passividade das massas. Ele encerra a discussão da primeira etapa afirmando que tal fato, o da impossibilidade de solidariedade entre os trabalhadores provenientes de nações com alto grau de exploração e submissão colonial, escapou aos teóricos metropolitanos. Acrescentaríamos que, dada a colonialidade que marca os intelectuais dos países subdesenvolvidos, os tabeliões das ideias (2005, Vol. I, p. 45), tal pensamento pouco dialetizado, na verdade, uma fórmula poético-abstrata, encontra grande difusão em nossos campos intelectuais.

Em relação à segunda etapa, aquela que, segundo o filósofo, nos encontramos, assim como os países em vigoroso surto de progresso e industrialização, rumando à plena autonomia, tudo quanto foi dito anteriormente deve ser atenuado. Nesse momento, Vieira Pinto defende que o nacionalismo contenha – como item de alta relevância – a prática de relações externas com todos os países, independentemente de suas estruturas sociais, e “de deliberada formação de blocos continentais ou intercontinentais entre nações empenhadas em igual desforço econômico, para em conjunto derrotar os planos das nações imperialistas” (1960, vol. II, p. 512). Em seguida, assinalou que não só o Brasil havia adquirido condições políticas para exercer tal papel, como também que, naquele momento, era crescente a consciência dos trabalhadores no que se refere à sua natural comunhão de interesses e sentimentos com as massas dos demais países. Foi aventado por ele, devendo surgir em breve, “um sistema concreto de união entre os povos periféricos, especialmente os do nosso continente, e de conagração das classes trabalhadoras, para apressar o fim do imperialismo em todo o mundo” (1960, vol. II, p. 512).

O filósofo também coloca que a polaridade centro-periferia, fundamental para a dominação imperialista, deve ser contra-atacada através da interatuação dos

povos asiáticos, africanos e, especialmente, os do nosso continente, que vivem situação semelhante à nossa. Esse movimento, que deve fazer de toda periferia como que um único centro de ação, fortalece a tal ponto que a metrópole exploradora perde seu principal sustento.

Também é citado um dos estratagemas dos países imperialistas. Agindo como um perverso demiurgo, eles configuram as economias das nações exploradas de formas a se harmonizarem da melhor forma possível para facultar a exploração. Basta que uma economia se mostre empenhada em alguma forma de superação do imperialismo, que logo recebe sanções ou outras medidas que afetem a exportação dos produtos coloniais e, em breve, sua economia esfacela-se até chegar à beira da ruína. Vieira Pinto afirma, esclarecendo ainda mais seu conceito de nacionalismo, que tal conceito deve ser interpretado:

como o procedimento pelo qual nos integraremos num internacionalismo autêntico, o das nações em luta pela humanização da vida de suas populações. O nacionalismo, ao afirmar-se e consolidar-se nos seus princípios, conduz, assim, a identificar-se com um internacionalismo que não o destrói, não revoga nenhuma de suas teses, não substitui nenhum dos seus ideais, antes encontra nessa nova etapa a plena realização daquilo que pregava (1960, vol. II, p. 513).

Depois, o autor destaca que o Brasil, seguindo tais princípios nacionalistas, trilhará caminho diverso das atuais nações dominantes. Enquanto essas precisaram fazer-se imperialistas, enriquecendo-se às custas do empobrecimento das colônias, o Brasil terá seguido um esforço distinto de apropriação dos próprios recursos e realização de um trabalho para si libertador. Ainda esclarecendo o nacionalismo, afirma Vieira Pinto que este “aparece como fenômeno internacional constante porque é a resposta dada por toda nação atrasada à agressão partida do mesmo adversário de todas elas, o centro dominante” (1960, vol. II, p. 514), sendo a uniformidade dessa resposta explicada pela origem também uniforme do estímulo.

A terceira etapa corresponde à situação das nações em condição de desenvolvimento superior à do Brasil e limita-se àquelas que, à época eram denominadas de “mundo livre”, ou seja, as grandes nações capitalistas ocidentais. Nelas, a contradição principal é o conflito entre grupos distintos no seio de uma mesma sociedade, portanto, é-lhes facultado a possibilidade de solidariedade internacional. O filósofo afirma que não se tratam de nações submetidas ao imperialismo, pelo contrário: são nações imperialistas ou que se beneficiam dele,

como se fossem sócias. Claro está que, não lutando contra o julgo imperialista, as preocupações dos trabalhadores desses países permitem-lhes vibrar até o fundo da alma com o “vós não tendes nada a perder a não ser vossos grilhões”.

Em seguida, Vieira Pinto expõe outro embuste criado pelos exploradores: a “política de boa vizinhança”, que atua com a função de “transportar para o plano ético o fato material, econômico, da exploração dos povos fracos” (1960, vol. II, p. 515), sendo veiculada pelas nações dominantes com a finalidade de “conquistar o plácido assentimento de seu domínio” (1960, vol. II, p. 516), pois arrogam o direito de manter a situação de opressão imperialista através de diferentes expedientes moralistas cultivados.

O filósofo denuncia que o país subdesenvolvido é tratado como se sofresse constantemente a ameaça de desgarrar-se das boas companhias políticas – recorde-se aqui, especialmente, daquele período polarizado pela chamada Guerra Fria. Por isso são usadas diferentes intervenções políticas e militares de proteção ao nicho de enriquecimento das nações desenvolvidas. Segundo o autor, “a noção imperialista de ‘vizinhança’ foi cunhada, muito de indústria, para fundir num único bloco, pequenos países da mesma área geográfica, e impor-lhes um tipo de solidariedade de exclusiva conveniência do centro dominante” (1960, vol. II, p. 517), sendo que tal vizinhança é marcada mais pela comodidade de exploração do que qualquer outra razão.

Vieira Pinto encerra o texto afirmando que uma política externa de solidariedade entre os povos configura um poderoso instrumento de emancipação econômica. Mas, para alcançar as condições de manejo, é preciso um mínimo de autodeterminação. O filósofo conclui o texto afirmando que todo passo à frente no caminho do desenvolvimento econômico se acompanha de algum progresso na consciência das massas, levando-as a cerrar fileiras com as demais populações do mundo ainda submetidas à opressão. Verifica-se, assim, que o nacionalismo, orientado pela correta teoria da história, não conduz ao isolamento do País, à ridícula beatitude consigo mesmo, não o afasta da comunidade universal, mas precisamente prepara-o para se incorporar a essa comunidade, na forma que se avizinha, a de um mundo sem ódios e sem guerras, possuído em comum por uma nova humanidade, para sempre libertada do terror e da exploração (1960, vol. II, p. 518).

O texto de Álvaro Vieira Pinto, apesar de breve, traz um rico aporte reflexivo que tentaremos explorar – pelo menos, em suas linhas gerais. Poderíamos iniciar nossa discussão a partir da categoria crítica de totalidade, categoria fundamental em seu pensamento e que lhe permitiu superar diversas limitações que travaram as reflexões de outros pensadores dos nossos problemas nacionais. Salientaríamos, por exemplo, o caso das críticas dirigidas aos desenvolvimentistas por Ramón Grosfoguel (2008). O sociólogo porto-riquenho afirma que os debates sobre o desenvolvimento que ocorreram na Latinoamérica entre os anos 1945-1990 foram apenas uma forma de perduração da modernidade europeia. Tomando como referência a ideia de que o ser humano era livre e autodeterminado, transplantou-se tal noção ao contexto político, entendendo que cada Estado-nação poderia se autodeterminar e desenvolver-se se desejado fosse. Grosfoguel assevera que nenhum projeto radical na Latinoamérica pode funcionar e, nesse caso, citemos como exemplo o projeto de autonomia política, sem dismantelar a colonialidade e suas relações de hierarquização colonial e racial.

Retornando ao nosso foco de discussão, consideraremos o conceito de totalidade de Álvaro Vieira Pinto, o qual permite ao pensador crítico considerar “qualquer problema particular da realidade sob o ângulo de percepção do todo de que participa e que o engendra” (1969, p. 327), facultado, assim, “a noção exata da relação da sua sociedade com as demais, especialmente as desenvolvidas, que a utilizam e alienam” (1969, p. 329).

A partir da totalidade é oferecida a explicitação do imperialismo como sendo a contradição primária da nação brasileira, o que permite a superação do raciocínio desenvolvimentista “feudalmaníaco” em dois sentidos. Em primeiro lugar, por denunciar, claramente, a exploração econômica do país subdesenvolvido como sendo a explicação de sua condição (1960; 1969; 2008); em segundo lugar, porque propõe a superação da ideologia dos modelos (2008). A totalidade também é fecunda na ciência da educação, pois permite apreender a educação enquanto “ato social que implica o ambiente íntegro da existência humana, o país, o mundo e todos os fatores culturais e materiais que influem sobre ele [educando]” (1982, p. 63). Poderíamos acrescentar outros tantos exemplos, entretanto, nos contentaremos em parafrasear Vieira Pinto quando diz que a reflexão sobre a totalidade é um dos piores receios do opressor, pois por meio dela o oprimido pode conscientizar-se de sua opressão e caminhos de libertação (1969).

Sobre a realidade brasileira, realidade de subdesenvolvimento e subjugação internacional, perdura estruturalmente a mesma situação, apesar de passadas quase seis décadas desde a publicação de “Consciência e Realidade Nacional” – por isso, e outros motivos também, consideramos mais do que imperiosa a (re)discussão do pensamento de Álvaro Vieira Pinto no horizonte do Brasil atual. A categoria crítica de totalidade traria, aqui, grande contribuição ao explicitar quais os fundamentos econômicos, com foco nas trocas internacionais, para a manutenção do quadro de subalternidade do povo brasileiro.

O filósofo é preciso ao apontar que o acerto da noção de solidariedade entre os povos – e, aqui, assinalamos especialmente proposições como a Pátria Grande – pode ser aferida pela forma amarga como reagem os imperialistas e seus cónsules a ela. Poderíamos apontar como a reunião de Bandung, em 1955, a reunião do Cairo em 1957 e a conferência de Belgrado, em 1961, geraram desconforto entre os setores dominadores, assim como hoje a ideia de um Mercosul forte provoca arrepios nos timoratos e decadentes exploradores. Enfatizamos aqui a necessidade de se considerar que os países exploradores e o escol corrompido, os consulares do imperialismo, agem em conjunto, conforme já tivemos a oportunidade de tratar anteriormente.

Nesse texto, Vieira Pinto também nos oferece um esclarecimento sobre seu conceito de nacionalismo, mostrando que não se trata de um conceito exclusivista, totalitário ou xenófobo, conforme abordado com maior minudência em outro trabalho (COSTA & MARTINS, 2019), mas, sim, de busca por melhores condições de existência das massas. E é essa busca que impulsiona a solidariedade com povos que amargam condições semelhantes.

Álvaro Vieira Pinto realiza mais do que uma rigorosa aplicação da teoria dialética do processo histórico nas suas reflexões. Sua postura intelectual nos permite vislumbrar a antecipação do giro colonial, em que a diferença colonial é ressaltada em sua crueza. Conclamar em abstrato “trabalhadores do mundo, uni-vos. Vós não tendes nada a perder a não ser vossos grilhões” tem uma incrível força poética, carrega inegável apelo afetivo, entretanto, conforme discutimos na dissertação, seus efeitos práticos são extremamente questionáveis. Fanon chega à conclusão de que, enquanto o trabalhador a que se referia o autor dessa frase não tem nada a perder, tendo eventualmente tudo a ganhar, o trabalhador do país colonizado tem tudo a perder (2005, p. 130), mostrando as particularidades que

podem emergir de um pensamento situado decolonialmente. Estamos, novamente, em face à contradição principal do Brasil, o que nos impõe uma série de ponderações sobre a validade ou não dos sistemas explicativos europeus ou estadunidenses, pois pouca eficiência prática haverá no simples traslado de estribilhos com alto teor lírico, mas pouca representatividade da realidade a ser aplicado. Como vimos, o filósofo propõe uma consciência autêntica da realidade em questão como ponto de partida para seu exame.

Sobre as três fases principais da solidariedade entre os povos, entendemos que elas não devem ser tomadas em sentido etapista fechado ou absoluto. Uma abstração do desenvolvimento histórico nos permite apreender as etapas, e não o contrário, ou seja, as etapas existentes não são resultado de um movimento do Espírito que as engendra, ou de uma teorização prévia, inclusive levando em conta que por definição a teoria é algo posterior ao movimento do real. Por outro lado, é preciso não cair na ilusão de que o caminho do desenvolvimento, entendendo-se desenvolvimento nos moldes eurocêntricos, é único, ou que ele deva ser direcionado por qualquer construção eivada de colonialidade. Nosso propósito aqui é recusar tanto a falácia desenvolvimentista (DUSSEL, 2012, p. 82), quanto a falácia do modelo, que centra-se na comparação equivocada de processos teóricos distintos e díspares (VIEIRA PINTO, 2008, p. 174), evitando a reificação da já citada feudalmanía de que fala Grosfoguel. Segundo o mesmo autor, “a superestimação dos problemas da colonialidade tem sido um importante fator que contribui para a desilusão popular com os projetos esquerdistas na Latinoamérica” (2008, p. 328), tema que merece nossa mais elevada preocupação reflexiva. Não para conservar a esquerda, tentando fazê-la brilhar – pelo menos no plano teórico, esse sim prodigioso no Brasil – junto às outras esquerdas do mundo, mas para criar algo novo, algo (im)pertinente à nossa realidade.

Poderíamos discutir outro ponto tratado no texto puxando um fio de Frantz Fanon (2005), quando ele assinala que o país colonizado sofre constantemente com as compartimentações que a nação dominadora impõe como forma de assegurar sua superioridade. As compartimentações vão desde o quadro maniqueísta de apartheid entre brancos e negros, ou índios, europeus e nativos, civilizados e bárbaros, avançados e primitivos, cultos e incultos, e tantas outras dualidades, sendo que, de imediato, é tomada a matriz europeia como sendo a universal, a grande referência. Mas também, assinala Fanon, a separação se dá através de estradas que rasgam as

terras do povo colonizado, não se importando com as vidas que interrompe. A compartimentação se dá pelas fronteiras, pelos postos policiais; isso se dá no plano regional e nacional. No plano internacional, tal como explicita Vieira Pinto, “o imperialismo desenvolve suas ações de maneira a conservar incomunicáveis as nações que escraviza” (1960, vol. II, p. 511). Álvaro Vieira Pinto aventava que logo deveria existir “um sistema concreto de união entre os povos periféricos, especialmente os do nosso continente, e de conagração das classes trabalhadoras, para apressar o fim do imperialismo em todo o mundo” (1960, vol. II, p. 512). Seria uma pena se surgisse, e de fato surgiu, frustrando o curso do progresso da humanização nos países subdesenvolvidos, um conjunto de golpes de estado orquestrados para colocar nos eixos a dominação imperialista. Referimo-nos aqui aos golpes sofridos pelas nações latinoamericanas, especialmente, ao longo do período clássico da descolonização, isto é, décadas de cinquenta, sessenta e setenta. Devemos considerar aqui o papel desempenhado pelas potências imperialistas, nesse caso em especial, os Estados Unidos, conforme já aludimos anteriormente na dissertação, que agem como demiurgos malditos.

Um exemplo de perversidade vinda de um dos demiurgos imperialistas pode ser haurido na penosa situação vivida pela Venezuela. Apontando aqui para sua superação, nesse caso, qual seria a melhor saída? A resolução da luta de classes resolveria o problema do país com a maior reserva de petróleo do mundo? Será que, imaginemos, por alguma maneira, sem considerar aqui qual, se os proletários venezuelanos se vissem livres de seu escol, que é corrompido, como no caso de outros países subdesenvolvidos, sua contradição principal se converteria em que? O que surgiria como contradição principal? Resolver-se-ia o problema venezuelano e eles, assim, alcançariam a bem-aventurança do fim da pré-história? Claro está que encontramos aqui sérios problemas para a resolução do problema pensando em moldes ortodoxos, isso porque eles são, via de regra, uma transplantação mais ou menos mnemônico-poética de reflexões para resolver problemas vindo de realidades alheias. Por isso, é necessário pensar diferente, pensar em uma perspectiva decolonial.

A forma como Álvaro Vieira Pinto trata a contradição principal do país no horizonte dos distintos estágios, ou melhor dizendo, tipos de desenvolvimento, é esclarecedora da inocuidade das fórmulas metropolitanas devotadas à humanização das condições de existência do trabalhador. Temos aqui mais um endosso, em nosso

entendimento, da necessidade de uma atitude decolonial no pensamento científico. Diversos pensadores do campo progressista falham em captar a importância de uma resposta autêntica aos problemas nacionais. A colonialidade, a transplantação de conhecimento, o mimetismo acadêmico, a torre de marfim que as universidades do países subdesenvolvidos se converteram: tudo isso concorre como fatores explicativos da incomunicabilidade entre os anseios intelectuais e os anseios do povo, de forma que a decolonização epistêmica é questão de vida ou morte para os pensadores dos países subdesenvolvidos se eles quiserem se dedicar a um pensar autenticamente engajado.

Outro tópico do texto de Vieira Pinto para discussão pode ser trabalhado a partir do pensar de Enrique Dussel (2012). O filósofo argentino esclarece que a Europa era bárbara e periférica até pouco depois do início da exploração do Novo Mundo. Foram necessárias várias toneladas de prata, oriundas das minas de Potosí, na Bolívia, aflorando nos portos europeus, para que, pouco mais de duas décadas depois, a Europa cristã tivesse alguma vantagem sobre os árabes na batalha de Lepanto. Os árabes, nessa época, assim como inúmeros séculos antes, tinham superioridade tecnológica, científica, filosófica e cultural sobre os europeus. Essa prata que chegava quase de graça foi a responsável pela alavancada europeia. Devemos traçar ao processo de invenção das Américas – terminologia mais adequada do que descoberta, pois externa o processo de construção discursiva que caracterizou a modernidade, ou seja, um dos braços da colonialidade – o soerguimento da hegemonia europeia. Portanto, nada de modernidade autopoiética, autoreferenciada, mas simplesmente uma parte do sistema-mundo eurocêntrico que estabeleceu-se no século XVI e tende a esgotar-se.

Essas reflexões foram feitas para pontuar que: se os europeus desenvolveram-se graças ao imperialismo que gerou o subdesenvolvimento em que deplora a maioria dos habitantes do mundo, a luta pela libertação afiança-se na criação de um novo ser humano e de novas relações sociais e de trabalho. O problema da solidariedade dos povos, no caso dos países latinoamericanos, cifra-se em como libertar-se juntamente com as outras nações subdesenvolvidas; que funcionam para nós como sendo a verdadeira vizinhança.

Em diferentes ocasiões, Manoel do Bomfim (2008; 2013) assinalou como o Brasil tinha papel central nas condições da Latinoamérica; a libertação da Nossa América ocorrerá de roldão assim que a nação brasileira assumir sua libertação e

seu destino libertador. É preciso buscar um novo ser humano, um ser humano que possa humanizar-se plenamente e trabalhar para si: esses são princípios basilares para uma Pátria Grande que se construa enquanto alternativa pluriversal aos diferentes tipos de essencialismos universalistas eurocêntricos.

Referências

BOMFIM, M. *O Brasil na História. Deturpação das Tradições. Degradação Política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1930/2013.

_____. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. ISBN: 978-85-99662-78-6. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zg8vf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

COSTA, B. & MARTINS, A. Notas à Recepção do Pensamento de Álvaro Vieira Pinto: o caso Vaz e a educação em “Consciência e Realidade Nacional”. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 2, e83042, 2019b.

DUSSEL, E. *Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2012.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GROSFOGUEL, R. Developmentalism, Modernity, and Dependency Theory in Latin America. Em: M. MORAÑA, E. DUSSEL & C. JÁUREGUI (Eds.). *Coloniality at Large: Latin America and the postcolonial debate*. Durham: Duke University Press, 2008. pp. 307-331.

VIEIRA PINTO, A. *Consciência e realidade nacional*. 2 v. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

_____. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. *O conceito de tecnologia*. 2 v. São Paulo: Contraponto, 2005.

_____. *A sociologia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.